



CADERNO DE PROVA - LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES

- 1 Confira se seu CADERNO DE PROVA corresponde ao cargo escolhido em sua inscrição. Este caderno contém cinquenta questões objetivas, corretamente ordenadas de 1 a 50.
- 2 Caso esteja incompleto ou contenha algum defeito, solicite ao fiscal de sala que tome as providências cabíveis, pois não serão aceitas reclamações posteriores nesse sentido.
- 3 O CARTÃO-RESPOSTA, que será entregue pelo fiscal durante a prova, é o único documento válido para a correção das questões objetivas expostas neste caderno.
- 4 Quando o CARTÃO-RESPOSTA estiver em suas mãos, confira-o para saber se está em ordem e se corresponde ao seu nome. Em caso de dúvidas, solicite orientação ao fiscal.
- 5 No CARTÃO-RESPOSTA, a marcação das letras correspondente às suas respostas deve ser feita com caneta esferográfica azul ou preta. O preenchimento é de sua exclusiva responsabilidade.
- 6 Não danifique o CARTÃO-RESPOSTA, pois em hipótese alguma haverá substituição por erro do candidato.
- 7 Para cada uma das questões objetivas são apresentadas 5 alternativas classificadas com as letras: A, B, C, D e E, havendo apenas uma que responde ao quesito proposto. O candidato deve assinalar uma resposta. Marcação rasurada, emendada, com campo de marcação não preenchido ou com marcação dupla não será considerada.
- 8 A duração total da prova objetiva é de 4 horas, incluindo o tempo destinado à identificação - que será feita no decorrer da prova - e ao preenchimento do CARTÃO-RESPOSTA.
- 9 Reserve, no mínimo, os 15 minutos finais para preencher o CARTÃO-RESPOSTA. Não será concedido tempo adicional para o preenchimento.
- 10 Você deverá permanecer obrigatoriamente em sala por, no mínimo, 1 hora após o início da prova e poderá levar este caderno somente no decurso dos últimos 60 minutos anteriores ao horário determinado para o seu término.
- 11 É terminantemente proibido ao candidato copiar seus assinalamentos feitos no CARTÃO-RESPOSTA da prova objetiva.
- 12 Não se comunique com outros candidatos nem se levante sem a autorização do fiscal de sala.
- 13 Ao terminar a prova, chame o fiscal de sala, devolva-lhe o CARTÃO-RESPOSTA e deixe o local de prova.

INFORMAÇÕES

- **14/02/2016** – Data de aplicação da prova objetiva.
- **15/02/2016** - A partir das 16h (horário de Brasília) – Divulgação do Gabarito Preliminar da prova objetiva.
- Não serão conhecidos os recursos em desacordo com o estabelecido em edital normativo.
- É permitida a reprodução deste material apenas para fins didáticos, desde que citada a fonte.
- **A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital, no presente caderno ou no CARTÃO-RESPOSTA poderá implicar a anulação da sua prova.**

PROVA OBJETIVA

LÍNGUA PORTUGUESA

Para responder às **questões de 1 a 5**, leia o texto abaixo.

O zika vírus e a microcefalia

Deu zica. Este ano o Brasil enfrenta um surto de recém-nascidos com microcefalia **que** é alarmante. Ao que tudo indica, essa epidemia está relacionada a um vírus emergente, o zika vírus, **que** está se espalhando rapidamente pelo país e pode ser o responsável por uma das piores catástrofes na área de saúde de todos os tempos. São mais de mil casos suspeitos de microcefalia em diversos estados, principalmente no Nordeste. A microcefalia é uma malformação incurável **que** causa redução do volume cerebral, com consequências graves e permanentes para o desenvolvimento do indivíduo. É grave porque afeta fetos em formação e o comprometimento é para a vida toda.

O zika vírus é um patógeno conhecido e identificado inicialmente em 1947 na floresta de Zika (Uganda), mas que desde 2007 estava restrito a África e Ásia. Esse vírus pertence ao gênero dos flavivírus, que inclui os vírus da dengue, febre amarela e do Nilo, e pode ser transmitido por um artrópode. No Brasil, são mais de 84 mil pessoas infectadas. No indivíduo adulto, o Zika pode passar despercebido, em alguns casos causando somente sintomas leves, como febre e dores pelo corpo. Não existe vacina para esse vírus.

Após alguns meses de silêncio, o governo federal finalmente se manifestou sobre o problema. Com ajuda da Organização Mundial da Saúde e do CDC (Centro de Controle de Doenças) dos EUA, **que** se preocupa com uma eventual contaminação no continente americano, resolveram montar uma operação de emergência. De acordo com nosso atual ministro da Saúde, Marcelo Castro, o caos pode ser consequência direta de um descaso com o programa de combate ao mosquito *Aedes aegypti* – o mosquito da dengue, e potencial agente transmissor do zika vírus.

Resolvi escrever sobre o assunto, refletindo sobre quais seriam as atitudes científicas mais óbvias a serem tomadas. Isso não só seria uma oportunidade única para os cientistas brasileiros (pois o mecanismo de ação do vírus é ainda desconhecido), como permitiria **que** o governo investisse em soluções definitivas (ao invés de investir em evitar mosquitos). Os experimentos científicos descritos abaixo têm um baixo custo em comparação ao orçamento destinado ao extermínio de mosquitos e custos com futuros tratamentos para os afetados ao longo da vida.

A primeira coisa a fazer seria buscar uma relação causal do vírus com o fenótipo dos pacientes, algo inédito na literatura mundial. Até agora, temos apenas uma correlação entre o vírus e material biológico dos pacientes. E essa evidência não é robusta: apenas dois fetos infectados com o vírus e com o diagnóstico de microcefalia por ultrassom existem até o momento. O vírus também foi encontrado em tecidos de um outro bebê com microcefalia

que morreu ao nascer. Existem outras evidências circunstanciais vindas de outros países e que, juntas, tornam essa alternativa plausível. É possível que a versão do zika vírus brasileiro seja uma variante ou linhagem genética mais patogênica, selecionada através de algumas características da população nordestina, como exposição ao vírus da dengue ou ao mosquito transmissor.

Mas a pergunta mais importante seria: como o zika vírus causa microcefalia? Uma hipótese atraente seria que o zika vírus atravessasse a placenta, atingindo o feto em momentos críticos do desenvolvimento neural na gestação. O vírus poderia, por exemplo, infectar células do sistema nervoso central, causando a morte ou alterando o ciclo de células progenitoras neurais. Experimentos com modelos animais poderiam ajudar a confirmar essa correlação, mas o tempo de gestação humano é diferente da maioria dos animais em laboratório e ainda não sabemos se o vírus infectaria células nervosas de outras espécies. [...]

(g1.globo.com)

QUESTÃO 1

A palavra “que” pode ter diferentes classificações morfológicas, de acordo com o contexto em que aparece. Das cinco ocorrências de “que” destacadas no texto, quantas são classificadas morfolologicamente como pronome relativo?

- (A) Uma, somente.
- (B) Duas, somente.
- (C) Três, somente.
- (D) Quatro, somente.
- (E) Cinco.

QUESTÃO 2

Sobre o texto como um todo, assinale a afirmação correta.

- (A) Por meio de argumentos, o autor tenta, incisivamente, refutar a ideia de que exista qualquer ligação entre o zika vírus e a microcefalia, como a grande mídia insiste em repetir.
- (B) O texto não pode ser classificado como um artigo de opinião, porque não há qualquer pessoalização; isso se pode notar, por exemplo, pela total ausência do uso da primeira pessoa.
- (C) A linguagem do texto não é absolutamente formal, o que se pode notar, por exemplo, pelo pequeno período que inicia seu primeiro parágrafo.
- (D) Há diversos problemas em relação ao uso da Norma Culta no texto, o que não representa problema por se tratar de uma opinião pessoal.
- (E) O autor retifica, no texto, a ideia de que se trata de charlatanismo a disseminação da ideia de que o zika vírus e a microcefalia sejam problemas tão graves; ele defende a ideia de que isso é um enorme exagero.

QUESTÃO 3

Veja:

*"Isso não só seria uma oportunidade única para os cientistas brasileiros (pois o mecanismo de ação do vírus é ainda desconhecido), como permitiria **que** o governo investisse em soluções definitivas (ao invés de investir em evitar mosquitos)."*

Considerando que a expressão "ao invés de" só pode ser utilizada para indicar termos ou expressões de ideias diametralmente opostas entre si e considerando, ainda, que ela foi corretamente utilizada na passagem acima, pode-se concluir, pela interpretação do texto, que:

- (A) "investir em evitar mosquitos" é considerada, pelo autor, uma solução não definitiva.
 (B) "investir em evitar mosquitos" é considerada, pelo autor, uma solução inútil.
 (C) "investir em evitar mosquitos" é considerada, pelo autor, uma solução mais útil do que qualquer outra.
 (D) "investir em evitar mosquitos" é considerado, pelo autor, um sinônimo de "solução definitiva".
 (E) "investir em evitar mosquitos" é considerada, pelo autor, uma solução criativa e definitiva para a solução do problema.

QUESTÃO 4

Em "os experimentos científicos descritos abaixo têm um baixo custo" (no quarto parágrafo), pode-se afirmar corretamente que:

- (A) a forma verbal "têm" não deveria ser acentuada, já que se trata de monossílabo átono.
 (B) a forma verbal "têm" recebe esse acento circunflexo para marcar o plural, o que se justifica pela concordância com seu sujeito, que é plural.
 (C) a acentuação da palavra "têm" se justifica pela mesma regra que explica o acento circunflexo em "têmpera".
 (D) a palavra "têm", no contexto em que aparece, foi incorretamente acentuada; não há razão para a acentuação de monossílabos terminados em "m".
 (E) trata-se de acento diferencial, já que há um substantivo homógrafo homófono do qual "têm" precisa se diferenciar.

QUESTÃO 5

Veja:

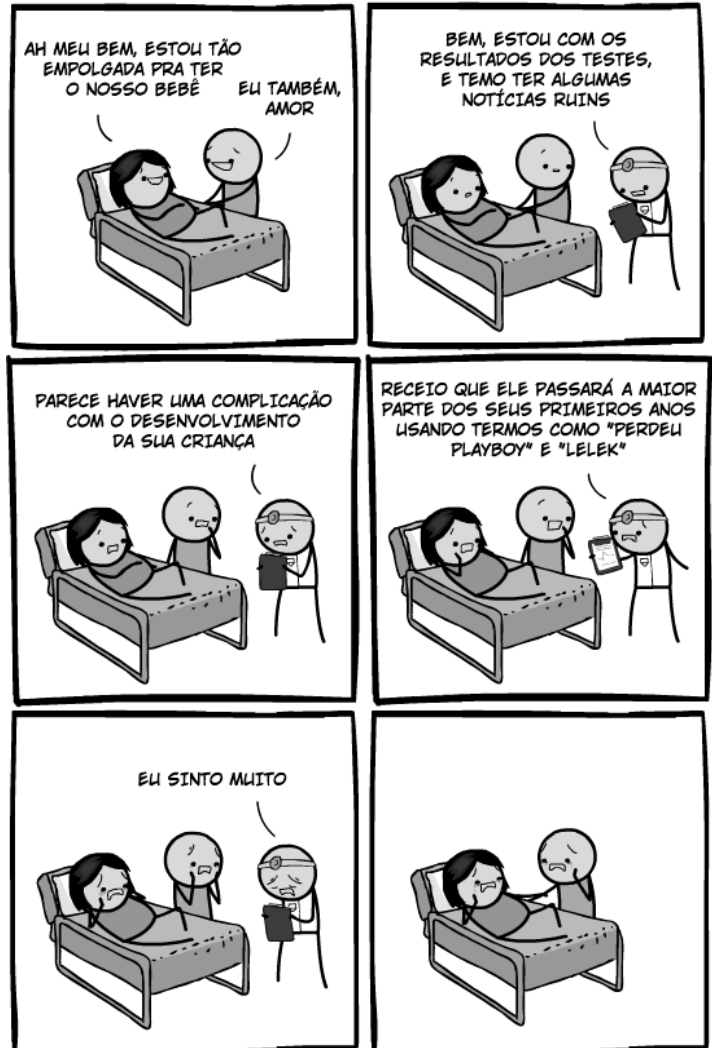
*"É possível **que** a versão do zika vírus brasileiro seja uma variante ou linhagem genética mais patogênica, selecionada através de algumas características da população nordestina, como exposição ao vírus da dengue ou ao mosquito transmissor."*

Sobre a passagem citada, assinale a afirmação correta.

- (A) As palavras "possível", "vírus", "genética" e "patogênica" são acentuadas pela mesma regra.
 (B) Em "características da população", o termo "da população" exerce função de adjunto adverbial de companhia.
 (C) Apesar de longo, o período do trecho é simples, ou seja, trata-se de uma oração absoluta.

- (D) O uso da palavra "através" é adequado, semanticamente, no trecho; não seria possível, porém, substituí-la por "por meio", o que causaria problemas tanto sintáticos quanto semânticos.
 (E) O "que" destacado introduz uma oração cuja função sintática em relação à principal é de sujeito.

Para responder às **questões de 6 a 10**, leia os quadrinhos abaixo.



(www.salademergencia.com.br)

QUESTÃO 6

Sobre o texto verbal dos quadrinhos, assinale a afirmação correta.

- (A) A expressão "meu bem" e a palavra "amor", ambas no primeiro quadrinho, exercem a mesma função sintática.
 (B) Em "temo ter algumas notícias ruins" o sujeito é simples e posposto: notícias ruins.
 (C) Caso a expressão "uma complicação", no terceiro quadrinho, fosse substituída por "algumas complicações", a locução verbal "parece haver" teria de ser substituída por "parecem haver".
 (D) A forma verbal "passará" só recebe acento agudo para se diferenciar do pretérito mais-que-perfeito "passara".
 (E) Em "seus primeiros anos", a palavra "primeiros" funciona como numeral substantivo, não adjetivo.

QUESTÃO 7

Sobre os quadrinhos como um todo, analise as afirmações e, em seguida, assinale a alternativa correta.

- I. Os pais da criança choram por não compreenderem a linguagem excessivamente técnica do médico.
- II. O humor se constrói, em grande parte, pelo fato de que os “problemas” citados pelo médico não são físicos, como esperavam os pais.
- III. Não há, nos quadrinhos, qualquer problema relacionado às regras de pontuação ditadas pela Norma Culta da língua.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I, somente.
- (B) II, somente.
- (C) III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) II e III, somente.

QUESTÃO 8

Considerando a organização sintática e a seleção lexical nos quadrinhos, pode-se afirmar corretamente que:

- (A) a linguagem é absolutamente formal e adequada às regras ditadas pela gramática normativa, em relação à sintaxe.
- (B) a forma de expressão é objetiva, denotativa e direta, com termos que visam à explicação do sentido de termos médicos e científicos.
- (C) há presença tanto de coloquialidade quanto de oralidade.
- (D) há alguns exemplos de arcaísmo, o que se justifica pela época em que ocorrem os fatos (algumas décadas atrás, como se pode perceber pelas imagens).
- (E) em “estou com os resultados dos testes” há problemas relacionados à concordância nominal.

QUESTÃO 9

Veja:

“Parece haver uma complicação com o desenvolvimento da sua criança”

Assinale a alternativa em que a modificação proposta não leva a desvio em relação à Norma Culta ou a modificação significativa de sentido.

- (A) Parece haver alguma complicação com o óbice da sua criança.
- (B) Parece que há uma complicação cuja se relaciona ao desenvolvimento da sua criança.
- (C) Pode haver alguma complicação sobre à criança e seu desenvolvimento.
- (D) Parece haver, complicação de desenvolvimento com sua criança.
- (E) Parece que há complicação em relação ao desenvolvimento de sua criança.

QUESTÃO 10

Releia o seguinte trecho:

“Receio que ele passará a maior parte dos seus primeiros anos usando termos como ‘perdeu playboy’ e ‘lelek’”

Sobre as formas verbais “passará” e “usando” pode-se afirmar, respectivamente, que:

- (A) pertence ao modo subjuntivo e classifica-se como “particípio”.
- (B) aparece flexionada na segunda pessoa do singular e representa um infinitivo flexionado.
- (C) pertence a um verbo da primeira conjugação e pertence a um verbo da terceira conjugação, irregular.
- (D) está flexionada num tempo futuro do modo indicativo e é exemplo de forma nominal do verbo.
- (E) representa um exemplo de forma atemporal e aparece flexionada em um dos passados do modo indicativo.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

Nas questões que avaliam os conhecimentos de noções de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que todos os programas mencionados estão em configuração padrão, em português, que o mouse está configurado para pessoas destros, que expressões como clicar, clique simples e clique duplo referem-se a cliques com o botão esquerdo do mouse e que teclar corresponde à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não há restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 11

Considere a seguinte lista:


- I. Sistemas de Enterprise Resource Planning, ERP.
- II. Internet das coisas.
- III. Tecnologias vestíveis.
- IV. Realidade aumentada.
- V. Realidade virtual.

Da lista acima, quantos itens exibem bons exemplos de computação ubíqua ou pervasiva?

- (A) Um, somente.
- (B) Dois, somente.
- (C) Três, somente.
- (D) Quatro, somente.
- (E) Cinco.

O seguinte texto, retirado do site www.tylenol.com.br, deverá ser utilizado para responder à **questão 12**, sobre o programa MS Word 2010.

Sobre as Arboviroses

 As arboviroses são doenças virais transmitidas ao homem por picadas de mosquitos e que tem representado um grande desafio à saúde pública. As arboviroses que comprometem a saúde humana envolvem a Dengue, Chikungunya e Zika. Sua importância se dá pelo fato que as três são transmitidas pelo mesmo mosquito, o *Aedes aegypti*.

- ☞ Dengue - A mais conhecida das três arboviroses, possui como sintomas mais comuns febre alta, cansaço excessivo, dores de cabeça, atrás dos olhos e no corpo, náuseas e vômitos.
- ☞ Chikungunya - Apesar de ter sintomas parecidos com a dengue, a grande diferença da febre Chikungunya está no seu acometimento das articulações: o vírus afeta as articulações dos pacientes e causa inflamações com fortes dores, podendo ser acompanhadas de inchaço, vermelhidão e calor local.
- ☞ Zika Vírus - Tem sintomas semelhantes aos da dengue, como febre, diarreia, náuseas e mal-estar. Porém, a grande diferença da doença é a erupção cutânea (exantema) acompanhada de coceira intensa no rosto, tronco e membros, podendo atingir a palma das mãos e a planta dos pés. Fotofobia e conjuntivite são outros sinais da doença.

QUESTÃO 12

Assinale a alternativa que faz uma afirmação verdadeira sobre a figura do *Aedes aegypti* inserida no texto.

- (A) Foi inserida com a opção Capitular.
- (B) Foi inserida com o recurso Formas.
- (C) Foi utilizada a opção de disposição do texto.
- (D) Ocupa a primeira célula do texto.
- (E) Está inserida em uma caixa de texto.

QUESTÃO 13

Assinale a alternativa que exibe a quantidade total de colunas de uma planilha (Plan1, por exemplo) do programa MS Excel 2010.

- (A) 256.
- (B) 1024.
- (C) 16384.
- (D) 65536.
- (E) 524288.

QUESTÃO 14

Sobre o navegador Google Chrome, leia cuidadosamente as afirmativas a seguir.

- I. Os aplicativos da Chrome Web Store utilizam tecnologias da web para oferecer ao usuário experiências de produtividade, educação e jogos, com um clique na página "Nova guia".

- II. Se o usuário não quer que seus favoritos, aplicativos e extensões se misturem com os de outras pessoas é possível adicionar novos usuários ao Google Chrome. A adição de novos usuários permite que cada um tenha sua própria experiência com o Google Chrome e faça login no navegador para sincronizar suas coisas.
- III. Podem-se instalar temas criados por artistas da Chrome Web Store ou o usuário pode criar seu próprio tema no mychrometheme.com e compartilhá-lo com amigos.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 15

Assinale a alternativa que exibe o símbolo, no sítio de busca Bing, para que se localizem páginas com um ou outro conteúdo. Por exemplo, exibir resultados para farmácia OU medicina.

- (A) |, barra vertical.
- (B) v, letra "v" minúscula.
- (C) ^, circunflexo.
- (D) ~, til.
- (E) &, "e" comercial.

LEGISLAÇÃO

QUESTÃO 16

Tendo em vista o Código de Ética Médica, leia as seguintes afirmativas.

- I. O médico exercerá sua profissão com autonomia, não sendo obrigado a prestar serviços que contrariem os ditames de sua consciência, inclusive em situações de ausência de outro médico, em caso de urgência, mesmo quando sua recusa possa trazer danos à saúde do paciente.
- II. As disposições estatutárias ou regimentais de hospital ou de instituição, pública ou privada, poderão limitar a escolha, pelo médico, dos meios cientificamente reconhecidos a serem praticados para o estabelecimento do diagnóstico e da execução do tratamento, ainda que em detrimento do paciente.
- III. O médico comunicará às autoridades competentes quaisquer formas de deterioração do ecossistema, prejudiciais à saúde e à vida.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) II, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 17

O Código de Ética Médica dispõe que é vedado ao médico revelar fato de que tenha conhecimento em virtude do exercício de sua profissão, salvo se:

- (A) o fato for de conhecimento público.
- (B) o fato for notório.
- (C) o paciente já houver falecido.
- (D) houver expresso consentimento do representante legal do paciente falecido, para que o médico esclareça, a empresas seguradoras, as circunstâncias da morte do paciente sob seus cuidados, inclusive no que tange a informações que estiverem além das contidas na declaração de óbito.
- (E) houver o consentimento, por escrito, do paciente.

QUESTÃO 18

Com base no Código de Ética Médica, analise as seguintes afirmativas.

- I. É vedado ao médico divulgar, fora do meio científico, processo de tratamento ou descoberta cujo valor ainda não esteja expressamente reconhecido cientificamente por órgão competente.
- II. É vedado ao médico participar de movimentos de defesa da dignidade profissional, em prol de remuneração ou condições de Medicina.
- III. É vedado ao médico consultar, diagnosticar ou prescrever por qualquer meio de comunicação de massa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) III, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 19

Conforme disposto no Código de Ética Médica, é direito do médico, dentre outros:

- (A) apontar falhas em normas, contratos e práticas internas das instituições em que trabalhe quando as julgar indignas do exercício da profissão ou prejudiciais a si mesmo, ao paciente ou a terceiros, devendo dirigir-se, nesses casos, aos órgãos competentes e, obrigatoriamente, à comissão de ética e ao Conselho Regional de Medicina de sua jurisdição.
- (B) deixar de atender em setores de urgência e emergência, quando for de sua obrigação fazê-lo, expondo a risco a vida de pacientes, desde que respaldado por decisão majoritária da categoria.
- (C) participar, indiretamente, da execução de pena de morte.
- (D) opor-se à realização de junta médica ou segunda opinião solicitada pelo paciente ou por seu representante legal.
- (E) abreviar a vida do paciente, desde que haja pedido deste ou de seu representante legal, nos casos de doença incurável e terminal.

QUESTÃO 20

De acordo com o Código de Processo Ético-profissional, é impedido de atuar em Processo Ético-profissional e na sindicância o Conselheiro que, exceto:

- (A) tenha participado nos autos como perito, testemunha ou representante, advogado do processo ou das partes, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o 4º grau.
- (B) tenha relação de parentesco, como cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral até o 4º grau, e com o advogado das partes.
- (C) tenha atuado, como Conselheiro, em outro procedimento ético-profissional relativo à infração anterior, praticada pelo mesmo profissional.
- (D) esteja litigando, judicial ou administrativamente, com o interessado ou respectivo cônjuge ou companheiro(a).
- (E) tenha interesse, mesmo que indireto, na matéria.

QUESTÃO 21

Em consonância com o Código de Processo Ético-profissional, analise as afirmativas a seguir.

- I. É parte legítima para requerer a revisão da decisão condenatória do Processo Ético-profissional condenatório, pelo Conselho Federal de Medicina, o profissional punido, pessoalmente ou por intermédio de procurador habilitado.
- II. Caso, no curso da revisão, falecer o profissional requerente, ele poderá ser substituído por seu cônjuge ou companheiro(a), descendente, ascendente e irmã(o), ou nomeado curador para a defesa, quando nenhum substituto se apresentar no prazo de 60 (sessenta) dias.
- III. Julgando a revisão, o Conselho Federal de Medicina poderá anular o Processo Ético-profissional, alterar a capitulação, reduzir ou aumentar a pena ou, mesmo, absolver o profissional punido.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 22

No que tange à Lei nº 11.000/04, assinale a alternativa correta.

- (A) Os Conselheiros e respectivos suplentes do Conselho Federal de Medicina serão escolhidos em votação aberta, por maioria de votos, presentes no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), dentre os médicos regularmente inscritos em cada Conselho Regional.
- (B) O Conselho Federal de Medicina deve ser composto de 27 (vinte e sete) conselheiros titulares, sendo 1 (um) representante de cada Estado da Federação e 1 (um) representante do Distrito Federal.
- (C) O Conselho Federal de Medicina deve ser composto de 27 (vinte e sete) conselheiros titulares, sendo 1 (um) representante de cada Estado da Federação e 1 (um) representante suplente indicado pela Associação Médica Brasileira, escolhido em votação aberta.
- (D) O Conselho Federal de Medicina deve ser composto de 26 (vinte e seis) conselheiros titulares, sendo 1 (um) representante de cada Estado da Federação, escolhidos por escrutínio secreto.
- (E) O Conselho Federal de Medicina deve ser composto de 28 (vinte e oito) conselheiros titulares, sendo 1 (um) representante de cada Estado da Federação, 1 (um) representante do Distrito Federal e 1 (um) representante e respectivo suplente indicado pela Associação Médica Brasileira.

QUESTÃO 23

Em conformidade com o Decreto nº 4.405/58, que regulamenta a Lei nº 3.268/57, analise as seguintes afirmativas.

- I. Os médicos legalmente habilitados ao exercício da profissão, em virtude dos diplomas que lhes foram conferidos pelas Faculdades de Medicina oficiais ou reconhecidas do país, só poderão desempenhá-la efetivamente depois de inscreverem-se no Conselho Federal de Medicina.
- II. A obrigatoriedade da inscrição do médico no Conselho de Medicina competente abrange apenas os profissionais que exercem cargos ou funções públicas.
- III. O médico é obrigado a comunicar ao Conselho Regional de Medicina em que estiver inscrito a instalação de seu consultório ou local de trabalho profissional, assim como qualquer transferência de sede, ainda quando na mesma jurisdição.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 24

Conforme o disposto no Código de Processo Ético-profissional, em relação ao julgamento do processo ético-profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) O presidente do Conselho ou o conselheiro corregedor, após o recebimento do processo, devidamente instruído, designará os conselheiros relator e revisor, os quais ficarão responsáveis pela elaboração dos respectivos relatórios.
- (B) O conselheiro sindicante poderá ser designado como relator do processo.
- (C) O conselheiro instrutor não poderá ser designado conselheiro relator ou revisor.
- (D) O julgamento ocorrerá com ampla publicidade, sendo permitida a presença das partes, seus procuradores integrantes da Assessoria Jurídica dos Conselhos de Medicina, corregedores e funcionários responsáveis pelo procedimento disciplinar nos Conselhos de Medicina, bem como de quaisquer interessados.
- (E) O julgamento ocorrerá com ampla publicidade, permitida a presença das partes e seus procuradores, integrantes da Assessoria Jurídica dos Conselhos de Medicina, corregedores e funcionários responsáveis pelo procedimento disciplinar nos Conselhos de Medicina, necessários para o bom funcionamento do Tribunal de Ética Médica até o encerramento da sessão.

QUESTÃO 25

Segundo dispõe o Código de Processo Ético-profissional, assinale a alternativa correta.

- (A) Decorridos 5 (anos) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar, poderá o médico requerer sua reabilitação ao Conselho Regional de Medicina onde está inscrito.
- (B) Decorridos 5 (anos) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar, poderá o médico requerer sua reabilitação diretamente ao Conselho Federal de Medicina.
- (C) O médico poderá requerer sua reabilitação diretamente ao Conselho Federal de Medicina, decorridos 8 (oito) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar.
- (D) Decorridos 2 (dois) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar, poderá o médico requerer sua reabilitação ao Conselho Regional de Medicina onde está inscrito.
- (E) O médico poderá requerer sua reabilitação ao Conselho Regional de Medicina onde está inscrito, decorridos 8 (oito) anos após o cumprimento da pena e sem que tenha sofrido qualquer outra penalidade ético-disciplinar.

QUESTÃO 26

Leia as seguintes afirmativas referentes ao Código de Processo Ético-profissional.

- I. Exclui-se da concessão do benefício da reabilitação o médico punido com a pena de cassação do exercício profissional.
- II. As gravações, para serem admitidas nos autos do processo disciplinar, deverão estar acompanhadas de sua respectiva transcrição e submetidas ao contraditório.
- III. O julgamento da sindicância ou do processo ético-profissional não poderá ser desaforado, devendo ser julgado, necessariamente, no Conselho Regional de Medicina onde o médico estiver inscrito.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 27

Tendo em vista a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa correta.

- (A) Leilão é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados destinada exclusivamente à venda de bens móveis inservíveis para a administração.
- (B) Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados do ramo pertinente ao seu objeto, cadastrados ou não, escolhidos e convidados em número mínimo de 3 (três) pela unidade administrativa, a qual afixará, em local apropriado, cópia do instrumento convocatório e o estenderá aos demais cadastrados na correspondente especialidade que manifestarem seu interesse com antecedência de até 24 (vinte e quatro) horas da apresentação das propostas.
- (C) Concorrência é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados que, na fase inicial de habilitação preliminar, comprovem possuir os requisitos mínimos de qualificação exigidos no edital para execução de seu objeto.
- (D) Convite é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.
- (E) Concurso é a modalidade de licitação entre quaisquer interessados para escolha de trabalho técnico, científico ou artístico, mediante a instituição de prêmios ou remuneração aos vencedores, conforme critérios constantes de edital publicado na imprensa oficial com antecedência mínima 15 (quinze) dias.

QUESTÃO 28

Conforme a Lei nº 8.666/93, a licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos:

- (A) da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.
- (B) da legalidade, da pessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade e da informalidade.
- (C) da legalidade, somente.
- (D) da legalidade e da adjudicação do objeto ao vencedor do certame, somente.
- (E) da legalidade, da pessoalidade, da moralidade, da igualdade, da especialidade e da informalidade.

QUESTÃO 29

Em relação ao processo penal, no âmbito da Lei nº 8.666/93, analise as seguintes afirmativas.

- I. Obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nessa Lei.
- II. Considera-se contrato todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública e particulares, em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- III. Subordinam-se ao regime dessa Lei, além dos órgãos da administração direta, os fundos especiais, as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e III, somente.
- (D) I e II, somente.
- (E) todas.

QUESTÃO 30

Tendo em vista a Lei nº 8.666/93, considera-se inexigível a licitação:

- (A) quando não acudirem interessados à licitação anterior e esta, justificadamente, não puder ser repetida sem prejuízo para a Administração, mantidas, neste caso, todas as condições preestabelecidas.
- (B) quando houver possibilidade de comprometimento da segurança nacional, nos casos estabelecidos em decreto do Presidente da República, ouvido o Conselho de Defesa Nacional.
- (C) quando houver inviabilidade de competição.
- (D) quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normalizar o abastecimento.
- (E) nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Sobre o arranjo do federalismo brasileiro na Constituição de 1988, assinale a alternativa incorreta.

- (A) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
- (B) O ordenamento jurídico brasileiro não contempla o direito de secessão. Qualquer tentativa de secessão do Estado-membro permitirá a decretação de intervenção federal.
- (C) De acordo com a doutrina majoritária, a Constituição Federal de 1988 alçou o município a entidade federativa, tratamento que não dispõe de correspondência em nenhuma das constituições anteriores.
- (D) Nos termos da Constituição de 1988, não é possível a criação de novo Estado ou modificação territorial de Estado existente.
- (E) Os territórios Federais integram a União, e sua criação; transformação em Estado ou reintegração ao Estado de origem serão reguladas em lei complementar.

QUESTÃO 32

No campo do Direito Constitucional, no capítulo referente ao Poder Executivo, a doutrina e jurisprudência tem entendido o seguinte (assinale a alternativa correta):

- (A) a Constituição Federal exige alguns requisitos para a candidatura aos cargos de Presidente e Vice-presidente da República, dentre os quais, ser brasileiro nato ou naturalizado e ter mais de 38 anos.
- (B) com relação ao processo dos crimes de responsabilidade, a Constituição Federal estabelece que, admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços da Câmara, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) nos crimes comuns e nos crimes de responsabilidade, o Presidente da República será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Federal depois que a Câmara dos Deputados declarar procedente a acusação.

- (D) o Presidente do Senado Federal sucederá definitivamente o Presidente da República em caso de vacância permanente do cargo.
- (E) o Presidente da República ficará suspenso de suas funções, nos crimes de responsabilidade, após a instauração do processo pelo Senado Federal.

QUESTÃO 33

Analise as afirmativas a seguir, relacionadas ao controle de constitucionalidade.

- I. O Presidente da República poderá vetar o projeto de emenda constitucional aprovado pelo Congresso Nacional, realizando verdadeiro controle preventivo de constitucionalidade.
- II. O Congresso Nacional pode rejeitar medida provisória, com base em inconstitucionalidade apontada no parecer da comissão temporária mista, exercendo, assim, controle repressivo de constitucionalidade.
- III. Com relação à legitimidade para propositura de ação direta de inconstitucionalidade, enquanto se presume de forma absoluta a pertinência temática para o Presidente da República, exige-se prova da pertinência por parte do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) II e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 34

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. Uma lei ordinária, decorrente de projeto de lei apresentado por deputado federal, aprovada para majoração do salário do funcionalismo público federal, apresentará vício formal subjetivo de inconstitucionalidade.

PORQUE

- II. Nos termos da Constituição Federal, as leis que disponham sobre criação de cargos públicos na administração direta e autárquica ou aumento de sua remuneração, são de iniciativa privativa do Presidente da República.

Assinale a alternativa correta.

- (A) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (B) A proposição é falsa, mas a razão é verdadeira.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
- (E) A proposição e razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

QUESTÃO 35

“Para exercício de tão importantes missões constitucionais, faz-se necessária a existência de certas garantias, que possibilitem a aplicação dos princípios basilares do Direito Constitucional [...]. As garantias conferidas aos membros do Poder Judiciário têm assim como condão conferir à instituição a necessária independência para o exercício da Jurisdição, resguardando-a das pressões do Legislativo e do Executivo”.

(Alexandre de Moraes. Direito Constitucional, p. 498.)

Considerando o texto apresentado, sobre as garantias do Poder Judiciário, assinale a alternativa que não está correta.

- (A) Os juízes gozam de vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após o chamado estágio probatório, ou seja, após dois anos de efetivo exercício da carreira.
- (B) Os advogados e membros do Ministério Público que ingressam nos Tribunais Estaduais e Federais pelo quinto constitucional adquirem vitaliciedade imediatamente no momento da posse.
- (C) A despeito da garantia da vitaliciedade, a própria Constituição Federal prevê a responsabilização política dos Ministros do Supremo Tribunal Federal em caso de infração político-administrativa (*impeachment*).
- (D) O juiz somente poderá ser removido ou promovido por iniciativa própria, salvo por motivo de interesse público, pelo voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.
- (E) Os juízes militares não gozam da garantia da inamovibilidade.

QUESTÃO 36

Nos termos da Constituição Federal de 1988, podem impetrar mandado de segurança coletivo:

- I. Partido político com representação no Congresso Nacional.
- II. Entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano.
- III. Governador de Estado ou do Distrito Federal.
- IV. Procurador-Geral da República.

Está correto o que se afirma em:

- (A) II e III, somente.
- (B) III e IV, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) I e III, somente.
- (E) II e IV, somente.

QUESTÃO 37

Sabendo que José Maria celebrou contrato com um famoso cirurgião plástico, consignando obrigação de natureza estética, e que o contrato foi pactuado em razão das qualidades pessoais do cirurgião, assinale a alternativa correta.

- (A) A simples recusa do cirurgião plástico em executar a cirurgia contratada não enseja indenização por perdas e danos.
- (B) Se a execução da cirurgia contratada se tornar impossível sem culpa do cirurgião plástico, resolver-se-á a obrigação.
- (C) Se a execução da cirurgia se tornar impossível, resolver-se-á a obrigação sem consequências para o cirurgião plástico, ainda que a impossibilidade tenha sido por ele criada.
- (D) Não só a recusa do médico em executar a cirurgia plástica, mas também a impossibilidade de cumpri-la, acarretam o inadimplemento contratual. Não há, entretanto, em nenhum dos casos, possibilidade de indenização por perdas e danos.
- (E) É lícita a recusa do cirurgião plástico em executar a obrigação, desde que providencie outro cirurgião com qualificações semelhantes. Nesse caso, a anuência de José Maria é prescindível.

QUESTÃO 38

Analise as afirmativas a seguir, relacionadas aos contratos de assistência médica e à responsabilidade civil dos médicos e farmacêuticos.

- I. O contrato firmado por médico e paciente se apresenta como uma obrigação de meio, e não de resultado, por não comportar o dever de cura, mas de cuidados conscienciosos. Não obstante, há casos em que se supõe obrigação de resultado com sentido de cláusula de incolumidade, como ocorre na cirurgia plástica estética.
- II. Se por ocasião de procedimento cirúrgico, adotado de forma regular em razão de perigo de vida evidente, o paciente vier a falecer, haverá inadimplemento contratual, haja vista a natureza da obrigação assumida.
- III. O médico responde não só por ato próprio, mas por ato de terceiro, sejam enfermeiros ou médicos da equipe de que é chefe.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) todas.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 39

Nos termos da Constituição Federal de 1988, conceder-se-á mandado de injunção sempre que a falta de norma regulamentadora tornar inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas inerentes à nacionalidade, à soberania e à cidadania. Com relação ao tema, nos termos do próprio texto constitucional e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa que não está correta.

- (A) O mandado de injunção poderá ser ajuizado por qualquer pessoa cujo exercício de um direito, liberdade ou prerrogativa constitucional esteja sendo inviabilizado por falta de norma reguladora da Constituição Federal.
- (B) Apesar da ausência de previsão expressa da Constituição Federal, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou pela possibilidade de mandado de injunção coletivo.
- (C) O sujeito passivo no mandado de injunção será somente a pessoa estatal. Os particulares não possuem legitimidade passiva *ad causam*, pois não lhes compete o dever de emanar as normas reputadas essenciais ao exercício do direito vindicado pelos impetrantes.
- (D) Se a omissão for legislativa federal, o mandado de injunção deverá ser ajuizado em face do Congresso Nacional, mesmo se a iniciativa da lei for privativa do Presidente da República.
- (E) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, o mandado de injunção, quando a elaboração da norma regulamentadora for atribuição do Tribunal de Contas da União.

QUESTÃO 40

[...] São atos formais, de intensa utilização na rotina administrativa, através dos quais as autoridades administrativas se comunicam entre si ou com terceiros. Podem conter solicitações, imposições, recomendações ou meras informações.

(José dos Santos Carvalho Filho, Manual de Direito Administrativo)

Considerando o texto indicado acima, assinale a alternativa que indica a espécie de ato normativo comentada pelo autor.

- (A) Decretos.
- (B) Resoluções.
- (C) Portarias.
- (D) Ofícios.
- (E) Pareceres.

QUESTÃO 41

A Constituição Federal de 1988 dedicou um capítulo à Administração Pública, consignando os princípios a serem observados por todas as pessoas administrativas de qualquer ente federativo. Com relação ao tema, nos termos do texto constitucional e da doutrina, assinale a alternativa que não está correta.

- (A) Enquanto os indivíduos no campo privado podem fazer tudo o que a lei não veda, o administrador público só pode atuar onde a lei autoriza, consoante princípio da legalidade.
- (B) A Administração Pública Direta e Indireta se submete a princípios expressos pela Constituição Federal de 1988, dentre os quais o da moralidade administrativa.
- (C) De acordo com a doutrina, a ação popular, prevista na Constituição Federal de 1988, apresenta-se como um dos instrumentos de proteção à moralidade administrativa.
- (D) As entidades paraestatais (empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações públicas) não estão sujeitas ao princípio da publicidade.
- (E) Todas as pessoas administrativas devem submeter-se ao princípio da publicidade, quer as que constituem as próprias pessoas estatais, quer aquelas outras que, mesmo sendo privadas, integram o quadro da Administração Pública.

QUESTÃO 42

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Amazonas é uma autarquia caracterizada por apresentar:

- (A) capital inteiramente privado.
- (B) personalidade jurídica de direito privado.
- (C) atividade típica da Administração Pública.
- (D) forma de sociedade anônima.
- (E) exploração de atividade econômica.

QUESTÃO 43

Analise as afirmativas a seguir, relacionadas à Administração Indireta do Estado.

- I. Enquanto a Administração Direta é composta de órgãos internos do Estado, a Administração Indireta se compõe de pessoas jurídicas, tais como as fundações públicas.
- II. Admitem-se entidades de administração indireta vinculadas não só ao Poder Executivo, mas também às estruturas dos Poderes Legislativo e Judiciário.
- III. As Empresas Públicas são pessoas jurídicas de direito público, criadas por lei para exploração de atividade típica da Administração Pública.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e III, somente.
- (B) I e II, somente.
- (C) II e III, somente.
- (D) I, somente.
- (E) II, somente.

QUESTÃO 44

[...] entidade dotada de personalidade jurídica de direito privado, com patrimônio próprio e capital exclusivo da União, criada por lei para a exploração de atividade econômica que o Governo seja levado a exercer por força de contingência ou de conveniência administrativa podendo revestir-se de qualquer das formas admitidas em direito.

(Decreto-lei nº 200/1967)

Com relação às entidades da administração pública indireta, o texto acima corresponde à definição legal de:

- (A) empresa pública.
- (B) autarquia.
- (C) sociedade de economia mista.
- (D) fundação pública.
- (E) associação pública.

QUESTÃO 45

No Direito do Trabalho, pode-se afirmar que a verdade dos fatos impera sobre qualquer formalidade contratual em razão do Princípio da:

- (A) inalterabilidade contratual lesiva.
- (B) primazia da realidade sobre a forma.
- (C) continuidade da relação de emprego.
- (D) boa-fé.
- (E) proteção.

QUESTÃO 46

Considere a proposição I e a razão II a seguir.

- I. De acordo com a jurisprudência do STF, a valorização imobiliária decorrente de obra pública persiste como fato gerador da contribuição de melhoria.

PORQUE

- II. A contribuição de melhoria se caracteriza por configurar indenização, ainda que parcial, de obra pública de que resulte benefício individualizável, especificamente a valorização de bem particular.

Assinale a alternativa correta:

- (A) A proposição é verdadeira, mas a razão é falsa.
- (B) A proposição é falsa, mas razão é verdadeira.
- (C) A proposição e a razão são falsas.
- (D) A proposição e a razão são verdadeiras, e a razão justifica a proposição.
- (E) A proposição e a razão são verdadeiras, mas a razão não justifica a proposição.

QUESTÃO 47

[...] vedando que União institua tributo que não seja uniforme em todo o território nacional ou que implique distinção ou preferência em relação a Estado, ao Distrito Federal ou a Município, o artigo [...] reforça a igualdade federativa pretendida pelo art. 19, III [...]

(Alexandre de Moraes, Direito Constitucional)

Considerando o texto acima indicado, bem como os princípios constitucionais em matéria tributária, assinale a alternativa que indica o princípio comentado pelo autor.

- (A) Princípio da vedação ao confisco.
- (B) Princípio da anterioridade.
- (C) Princípio da capacidade contributiva.
- (D) Princípio da razoabilidade.
- (E) Princípio da uniformidade.

QUESTÃO 48

No campo do Direito Penal, no capítulo referente aos crimes contra a administração pública, a doutrina e jurisprudência tem entendido o seguinte (assinale a alternativa correta):

- (A) pratica crime contra a administração pública aquele que facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- (B) os crimes contra a administração pública são puníveis somente na modalidade dolosa.
- (C) aquele que solicita, para si ou para outrem, vantagem a pretexto de influir em ato praticado por funcionário público no exercício da função pratica crime de peculato.
- (D) dar às verbas ou rendas públicas aplicação diversa da estabelecida em lei é crime contra a administração pública. Nesse caso, entretanto, a reparação do dano exclui a ilicitude.
- (E) aquele que desobedecer à ordem legal de funcionário público comete crime de resistência.

QUESTÃO 49

Com relação à aplicação da lei penal, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sentença estrangeira, quando a aplicação da lei brasileira produz na espécie as mesmas consequências, pode ser homologada no Brasil, notadamente por deliberação do Supremo Tribunal Federal.
- II. De acordo com o Código Penal, desprezam-se, nas penas privativas de liberdade e nas restritivas de direito, as frações de dia. Logo, ninguém pode ser condenado, por exemplo, ao cumprimento de uma pena que tenha duração de um mês e seis horas.
- III. As regras gerais do Código Penal não se aplicam aos fatos incriminados por lei especial, mesmo nos casos de omissão legislativa.

Está correto o que se afirma em:

- (A) I e II, somente.
- (B) I e III, somente.
- (C) II, somente.
- (D) III, somente.
- (E) nenhuma.

QUESTÃO 50

De acordo com o Código Penal, a anistia, a graça e o indulto configuram hipótese de:

- (A) extinção da punibilidade.
- (B) excludente de tipicidade.
- (C) excludente de culpabilidade.
- (D) excludente de ilicitude.
- (E) excludente de responsabilidade.

ESPAÇO PARA RASCUNHO